
Remetente (pessoa jurídica):

CNPJ

26.989.715/0054-14

Nome da instituição

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Setor

ASSESSORIA DE EXPEDIENTE/PGR

Responsável pelo envio (Pessoa física):

Nome

ANTONIA BIANCA MACIEL COSTA

Telefone

(61)3105-6613

E-mail

assexp@mpf.mp.br

Destinatário:

Nome

Ministra ROSA WEBER

Setor

Presidência

Descrição do documento

Ofício nº 824/2023 - ASSEXP/PGR - Assunto: Ofício-Circular nº 354/GP/2023, de 31/05/2023. Termo de Adesão. Processo SEI n. 02433/2023.

Encaminha Termo de Adesão ao Termo de Cooperação Técnica nº 3/2023.

Anexos

Ofício nº 824-2023 - ASSEXP-PGR com Termo de Adesão.pdf

- Declaro que as informações fornecidas são verdadeiras e estou ciente de estar sujeito à invalidação do protocolo e às penas da legislação pertinente em caso de fornecimento de dados falsos.
- Declaro que tenho ciência de que este canal não deve ser utilizado para o encaminhamento de peças processuais, sob pena de devolução dos documentos, nos termos da Portaria Nº 52 de 20/04/2010.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

Ofício nº 824/2023 - ASSEXP/PGR

Brasília, data da assinatura digital.

A Sua Excelência a Senhora

Ministra **ROSA WEBER**

Presidente do Conselho Nacional de Justiça

Conselho Nacional de Justiça

<https://www.cnj.jus.br/formularios/protocolo-eletronico>

SAF Sul Quadra 2 Lotes 5/6, bloco F, sala 401

70070-600 - Brasília - DF

Assunto: Ofício-Circular nº 354/GP/2023, de 31/05/2023. Termo de Adesão. Processo SEI n. 02433/2023.

Senhora Presidente,

Cumprimentando-a cordialmente, reporto-me ao ofício-circular em epígrafe, para encaminhar a Vossa Excelência o Termo de Adesão ao Termo de Cooperação Técnica nº 3/2023, referente aos Serviços da Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal, devidamente preenchido e assinado.

Solicito a Vossa Excelência a remessa do ato de publicação do presente termo, para fins de registro na Procuradoria-Geral da República.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência manifestação de apreço e consideração.

Augusto Aras
Procurador-Geral da República
Assinado digitalmente



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

TERMO DE ADESÃO

TERMO DE ADESÃO AO TERMO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA Nº 3/2023, REFERENTE AOS SERVIÇOS DA
JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA
LEGAL.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF)**, com sede no SAF Sul, Quadra 4, Conjunto C, Brasília/DF, inscrito no CNPJ sob o nº 26.989.715/0052-52, neste ato representado por **ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS, Procurador-Geral da República**, Representante Legal do Ministério Público Federal, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve, por meio do presente Termo, aderir ao Termo de Cooperação Técnica celebrado pelo Conselho Nacional de Justiça, Conselho da Justiça Federal, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional do Ministério Público, para os fins especificados no ato referente aos serviços da JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL, comprometendo-se a apoiar técnica e operacionalmente o programa mediante adoção de medidas necessárias à concretização do pleno acesso à Justiça na região da Amazônia Legal.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS, Procurador-Geral da República, Representante Legal do Ministério Público Federal, declara firme vontade de desenvolver ações conjuntas para garantir e promover o pleno acesso à Justiça na Amazônia Legal por meio dos Serviços da Justiça Itinerante (SEJI) e/ou atividades conexas relacionadas à atividade-fim da entidade, os quais serão implementados mediante o programa JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL, em observância aos arts. 5º, inciso XXXV, 107, § 2º, 115, § 1º, e 125, § 7º, da Constituição Federal; art. 95, parágrafo único, da Lei nº 9.099/95; art. 22, parágrafo único, da Lei nº 10.259/2001; Resolução CNJ nº 460/2022; bem como aos arts. de 67 a 69 do Código de Processo Civil e à Resolução CNJ nº 350/2020, que estimulam a cooperação judiciária nacional entre os órgãos do Poder Judiciário, obedecendo-se aos seguintes parâmetros, fixados a partir de diretrizes estabelecidas pelos Conselhos signatários do Termo de Cooperação Técnica:

I - Institucionalização de calendário regular de realização da Justiça Itinerante na Amazônia Legal;

II - Capacitação profissional acerca das especificidades regionais da Amazônia Legal;

III - Produção e/ou veiculação de campanhas de divulgação do calendário da Justiça Itinerante na Amazônia Legal, além de materiais e demais peças de comunicação institucional referentes a lições de cidadania;

IV - Designar profissionais e disponibilizar recursos materiais para a execução dos serviços, relacionados à atividade-fim da entidade aderente, no curso da JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL; e

V - Geração e controle de dados estatísticos relativos aos resultados obtidos com as ações por si executadas.

1. ATUAÇÃO COORDENADA: O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL desenvolverá ações, coordenadas e supervisionadas pelo Conselho Nacional de Justiça, visando à efetividade e qualidade da concretização do direito fundamental de acesso à Justiça na região da Amazônia Legal.

2. GESTORA LOCAL: indica para gestora local do presente instrumento a Subprocuradora-Geral da República ELIANA PERES TORELLY DE CARVALHO, Coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, endereço eletrônico: 6ccr@mpf.mp.br, telefone: (61) 3105-6019, que doravante será responsável pela execução das atividades previstas no Plano de Trabalho correlato ao Termo de Cooperação Técnica ao qual se adere.

3. VIGÊNCIA: o presente Termo de Adesão passará a vigorar a partir de sua assinatura, com prazo final igual ao do Termo de Cooperação Técnica supramencionado.

4. RESPONSABILIDADES

4.1 São responsabilidades gerais do Conselho Nacional de Justiça:

I - Exercer a coordenação-geral, supervisionando as ações do programa JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;

II - Diligenciar, nas Escolas Judiciais Estaduais e Federais e outras instituições voltadas à docência, a realização de ações de capacitação destinadas a Magistrados(as), membros do Ministério Público e servidores(as) com ênfase no objeto do presente Termo;

III - Promover a articulação, em conjunto com o CJF, o CSJT e o CNMP, com órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal, além de outras instituições públicas e privadas essenciais à execução do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;

IV - Planejar, em conjunto com o CJF, o CSJT e o CNMP, calendário integrado do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL, do que devem participar as entidades aderentes;

V - Produzir em conjunto com o CJF, o CSJT e o CNMP e as entidades aderentes, as peças de comunicação institucional do projeto em formato compatível com o nível de compreensão de seus(as) destinatários(as), o que alcança as inerentes às lições básicas de cidadania, e divulgá-las também pelo meio mais adequado, levando em consideração os(as) destinatários(as);

VI - Gerar relatórios estatísticos da atuação dos órgãos do Judiciário envolvidos nos eventos, bem como compilar os relatórios setoriais dos demais envolvidos.

4.2 São responsabilidades gerais do CJF, do CSJT e do CNMP

I - Diligenciar, nas Escolas Judiciais Estaduais e Federais e centro de estudos, de acordo com sua esfera de atuação, a realização de ações de capacitação destinadas a Magistrados(as), membros do Ministério Público e servidores(as) com ênfase no objeto do presente Termo;

II - Planejar, em conjunto com o CNJ e as entidades aderentes, calendário integrado do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;

III - Promover articulação, em conjunto com o CNJ, com órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal, além de outras instituições públicas e privadas essenciais à execução do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;

IV - Produzir, em conjunto com o CNJ e as entidades aderentes, as peças de comunicação institucional em formato compatível com o nível de compreensão de seus(as) destinatários(as), o que alcança as lições de cidadania, e divulgá-las também pelo meio mais adequado, levando em consideração as especificidades dos(as) destinatários(as) do material;

V - Diligenciar, nos Tribunais e órgãos do Ministério Público vinculados ao respectivo Conselho, a disponibilização de profissionais e meios materiais para a efetivação das ações inerentes ao JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;

VI - Gerar e controlar dados estatísticos relativos aos resultados obtidos com as ações por si executadas e disponibilizar ao CNJ para compilação.

4.3 São responsabilidades gerais do Ministério Público Federal:

I - Viabilizar, pela conjunção de esforços, a institucionalização de calendário regular de realização da Justiça Itinerante na Amazônia Legal, programa sob coordenação-geral e supervisão do CNJ e do qual são partícipes CJF, CSJT e CNMP;

II - Viabilizar, no caso de entidade aderente integrante do Poder Judiciário e

Ministério Público, a participação dos(as) profissionais que compõem seu corpo funcional em seminários e cursos de capacitação;

III - Produzir e/ou divulgar de forma ampla as peças de comunicação institucional do calendário da Justiça Itinerante na Amazônia Legal, além de material referente a lições de cidadania, guardando-se sempre obediência às diretrizes fixadas pelos Conselhos signatários do Termos de Cooperação Técnica;

IV - Fomentar as ações objeto deste Termo de Adesão;

V - Designar profissionais e recursos materiais para a execução dos serviços envolvidos no JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL; e

VI - Gerar e controlar dados estatísticos relativos aos resultados obtidos com as ações por si executadas e disponibilizar ao CNJ para compilação.

5. PUBLICAÇÃO: O presente instrumento será divulgado, pelo CNJ, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e será mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, em observância ao disposto nos arts. 91 e 94 da Lei nº 14.133/21.

Brasília, 1º de agosto de 2023.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS